

Curso Pós-Graduado em Direito dos Contratos Públicos (Funchal 2020)

Programa

Programa

9 de outubro

1.ª Sessão

Pedro Moniz Lopes

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogado na Cardigos & Associados

Manhã

- Direito da União Europeia e os princípios gerais da contratação pública: os valores fundamentais protegidos pela imposição de regimes de contratação pública
- Estrutura do Código dos contratos Públicos
- Âmbito aplicativo do regime da contratação pública:
 - As "entidades adjudicantes": três categorias de entidades adjudicantes para três níveis de intensidade dos regimes de contratação pública aplicáveis
 - Os contratos abrangidos: "contratos públicos", identificados a partir do interesse concorrencial das respetivas prestações
 - ° Os contratos excluídos da Parte II do CCP: artigos 4.°, 5°, e (em parte) 6.°-A.
 - o O regime da "contratação excluída" do artigo 5.º-B.

Tarde

- Âmbito aplicativo do regime da contratação pública (continuação):
 - O regime especial dos contratos de serviços sociais e de outros serviços específicos: artigo 6º-A versus artigos 250º-A e ss.
 - ° As exclusões relacionadas com a contratação entre entidades adjudicantes (artigo 5.°-A)
 - Âmbito aplicativo do regime de contratação pública dos "sectores especiais" (água, energia, transportes e serviços postais)
 - o A articulação entre o CCP e outros regimes especiais de contratação.
- Os procedimentos comuns e os procedimentos e instrumentos procedimentais especiais

16 de outubro

2ª Sessão

Miguel Assis Raimundo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogado



Manhã

 A preparação dos procedimentos: anúncio de pré-informação e anúncio periódico indicativo; consulta preliminar ao mercado e medidas tendentes a identificar e impedir os conflitos de interesses; decisão de contratar; decisão de autorização da despesa; adjudicação em lotes.

Tarde

- A decisão de escolha do procedimento e os critérios de escolha: critérios relativos ao valor do contrato, breve referência aos critérios materiais e outros critérios especiais. Em especial, a contratação de prestações do mesmo tipo em diferentes procedimentos e os contratos mistos.
- As peças do procedimento e as regras de prevalência. A fixação do preço ou custo base e breve referência à fixação do preço ou custo anormalmente baixo (remissão).
- Especificações técnicas. Parâmetros base e aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência mediante a fixação de limites máximos e mínimos. A contratação estratégica.

23 de outubro

3ª Sessão

Sara Augusto Matos

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Jurista no Banco de Portugal

Manhã

- Os participantes no procedimento: Candidatos, Concorrentes e Agrupamentos. Os contratos reservados.
- A candidatura e a proposta: aspetos materiais e formais. Modo de apresentação. O documento europeu único de contratação pública (DEUCP). Classificação de documentos da proposta. O regime das propostas variantes. Catálogos eletrónicos.

Tarde

- Agrupamento de entidades adjudicantes. Centrais de compras e referencia aos sistemas de aquisição dinâmicos e Acordos quadro.
- O Júri e os peritos.
- Regime dos esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais. Regime dos erros e omissões e
 responsabilidade do cocontratante. Prorrogação do prazo de apresentação de propostas ou candidaturas. A sanação da
 nulidade do caderno de encargos do contrato de empreitada de obras públicas.

30 de outubro

4ª Sessão

Marco Fernandes Caldeira

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogado na Vieira de Almeida e Associados

Manhã



- Impedimentos e causas de relevação dos impedimentos.
- Causas de exclusão de propostas.
- Regime de esclarecimentos. Regime de suprimento de irregularidades das propostas e das candidaturas (formalidades não essenciais e erros evidentes).

Tarde

- Critério de adjudicação, fatores e subfatores de densificação. Critérios de desempate das propostas. Modelos de avaliação das propostas.
- Notificação da adjudicação. Anúncio da adjudicação. Anúncio voluntário de transparência.

6 de novembro

5ª Sessão

Pedro Fernández Sánchez

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogado, Sérvulo & Associados

Manhã

- Dever de adjudicação e decisão de não adjudicação. Caducidade da adjudicação. Responsabilidade da entidade adjudicante.
- Habilitação, caução e celebração do contrato.

Tarde

• O novo procedimento de consulta prévia e o ajuste directo: critérios de escolha e regime procedimental. O ajuste direto simplificado.

13 de novembro

6ª Sessão

Domingos Farinho

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Manhã

• O concurso público e o concurso limitado: critérios de escolha e regime procedimental.

Tarde

O concurso público e o concurso limitado (continuação). O novo procedimento de parceria para a inovação. Delimitação
face ao procedimento de negociação e diálogo concorrencial e regime procedimental. Critérios de escolha e regime
procedimental. Procedimentos pré-contratuais de contratos públicos de serviços sociais e de outros serviços específicos

20 de novembro

7ª Sessão



Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Manhã

- Articulação entre o Direito da Concorrência e a contratação pública:
 - o práticas individuais e práticas colectivas anti-concorrenciais
 - o controlo prévio de concentrações e auxílios de Estado
- O preço ou custo anormalmente baixo.

Tarde

• O papel do Tribunal de Contas na Fiscalização dos Contratos Públicos.

27 de novembro

8ª Sessão

Maria João Estorninho

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Manhã

- Âmbito de aplicação do regime substantivo da Parte III do CCP. Contratos administrativos e Contratos públicos. Direito aplicável
- Invalidade dos contratos públicos
- Execução do contrato: ineficácia dos contratos públicos.

Tarde

- Execução do contrato: regime substantivo da caução, a fatura eletrónica e o gestor do contrato
- Poderes de conformação contratual: Poder de direcção, poder de fiscalização e poder de aplicação de sanções

4 de dezembro

9ª Sessão

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Consultora e Advogada na Abreu Advogados

Manhã

- A modificação objetiva dos contratos
- A modificação nos contratos de empreitada, de aquisição de serviços, locação e aquisição de bens móveis e de concessão
- Cessão da posição contratual, subcontratação e outras formas de transmissão das obrigações contratuais

Tarde





CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (FUNCHAL 2020)

Extin	ção dos	contratos
-------------------------	---------	-----------

- Cumprimento e incumprimento do contrato
- Arbitragem, Regulação, governação e regime sancionatório da contratação pública

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa

Aviso

A Coordenação científica do Curso de Pós-graduação em Direito da Contratação Pública FUNCHAL, após concertação com a Presidência do Conselho Regional da Ordem dos Advogados da Madeira, decidiu, face às incertezas actuais e face à decisão de suspensão de todas as actividades lectivas da Universidade de Lisboa, adiar o curso para Outubro/Novembro de 2020.

Oportunamente divulgaremos novo calendário e reabriremos as inscrições.





Curso Pós-Graduado em Direito dos Contratos Públicos (Funchal 2020)

INFORMAÇÕES

O Curso realiza-se no período de 9 de outubro a 4 de dezembro de 2020, às 6.ªs feiras, das 9h às 13h.00 e das 14h.30 às 18h.30 (intervalo de 30 minutos de manhã e de tarde).

Nos dias 15 de maio e 22 de maio de 2020, as sessões decorrerão das 9h às 13h.00 e das 14h.00 às 18h.00

Local: Auditório do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados, Funchal, Madeira

Propina: 1600,00€

Descontos:

- Redução em 25% para cada inscrição realizada por via do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados CRM AO (advogados e advogados-estagiários)
- A propina é ainda reduzida para 1200 € por inscrição, para inscrições de grupo (ou seja, instituições que inscrevam 3 pessoas ou mais dessa instituição).

Nota: os descontos não são cumulativos

Inscrições:

- Inscrições online, no menu vermelho, acima nesta página.
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição online, pois eles são enviados diretamente pela rede.
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.
- As entidades que necessitem de emissão prévia de fatura, deverão contactar o secretariado do ICJP, após efetuarem a
 inscrição online, onde deverão selecionar a modalidade de pagamento por transferência bancária. No caso de múltiplas
 inscrições regularizadas com um único pagamento, quando do envio do comprovativo, deverão ser identificadas as
 inscrições a que o mesmo diz respeito.
- Para inscrições de grupo, devem preencher individualmente os formulários de inscrição, optando pela propina normal e a modalidade de transferência bancária. Devem depois enviar um e-mail para o secretariado do ICJP, indicando os nomes e o número de inscrição de cada um dos elementos do grupo, para receber os dados para efetuar o pagamento.

Diploma e certificação:

- *Diploma de pós-graduação:*
 - o Presença em 4/5 das sessões lecionadas
 - Apresentação e aprovação de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso, a apresentar até 20 de setembro de 2020 (Limite máximo de 25 páginas).
- Certificado de Frequência:
 - o Presença em 4/5 das sessões lecionadas
 - o Passagem de um certificado de frequência, sem avaliação

Informações:

- Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados CRM AO
- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa





CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (FUNCHAL 2020)

 $Telefone: 217\ 820\ 265-Tml.: 933\ 469\ 330$

E-mail: icjp@fd.ulisboa.pt

www.facebook.com/icjp.pt www.linkedin.com/company/icjp





CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (FUNCHAL 2020)

FICHA TÉCNICA

Coordenação científica

- Prof.^a Doutora Maria João Estorninho
- Prof.^a Doutora Ana Gouveia Martins

Organização







